

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: RELATOS E VIVÊNCIAS FAMILIARES

Marcelo Bustamante Chilingue¹

Kelly Fernanda de Moura Vianna²

Resumo: Trata-se, o presente artigo, de um estudo qualitativo de cunho teórico. O sistema educacional brasileiro passou, e ainda passa, por paradigmas em relação à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, seja em relação à matrícula e permanência destes no ambiente escolar regular, como em relação às alternativas educacionais a serem adotadas para garantir um processo de ensino-aprendizagem de qualidade. Questionamos se a escola regular se organizou e/ou se organiza para atender esta classe de alunos, de maneira a lhes proporcionar uma educação de qualidade e inclusiva. Diante disto, este trabalho justifica-se pela demanda de se conhecer como o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais foi implantado no Brasil e como as escolas regulares vem lidando com esse processo, e tem como objetivo conhecer os caminhos percorridos para que a inclusão destes alunos se efetivasse nas escolas de ensino regular, verificando a maneira como as escolas se organizaram física e pedagogicamente, além de analisar os desafios que este tipo de inclusão ainda enfrenta. A metodologia adotada baseia-se em uma revisão bibliográfica fundamentada em um relato de vivência pessoal da autora a respeito da importância da inclusão. Por fim, percebe-se que a inclusão escolar das pessoas com necessidades educacionais especiais precisa ser assegurada, de modo que estas possam desenvolver suas potencialidades, ter uma vida normal, respeitando suas peculiaridades e condições.

Palavras-chave: Ambiente Escolar; Desafios; Inclusão; Qualidade.

SCHOOL INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS: FAMILY REPORTS AND EXPERIENCES

Abstract: This article is a qualitative study of a theoretical nature. The Brazilian educational system has passed, and is still going through, paradigms in relation to the inclusion of students with special educational needs, whether in relation to their enrollment and permanence in the regular school environment or in relation to the educational alternatives to be adopted to guarantee a teaching process. -quality learning. Do we question whether the regular school has organized and/or is organized to serve this class of students, to provide them with a quality and inclusive education? In view of this, this work is justified by the need to know how the process of inclusion of students with special educational needs was implemented in Brazil and how regular schools have been dealing with this process. of students with special educational needs to be effective in regular schools, verifying the way in which schools were physically and pedagogically organized, in addition to analyzing the challenges that this type of inclusion still faces. The methodology adopted is

1 Professor EBTB do Instituto Benjamin Constant, doutorando em Informática na Educação pela UFRGS. E-mail: <marcelochilingue@outlook.com>

2 Licenciada em Pedagogia pelo IFNMG

based on a literature review based on an account of the author's personal experience regarding the importance of inclusion. Finally, the school inclusion of people with special educational needs to be ensured, so that they can develop their potential, have a normal life, respecting their peculiarities and conditions.

KEYWORDS: School Environment; Challenges; Inclusion; Quality.

INTRODUÇÃO

O número de crianças com Necessidades Educacionais Especiais na escola regular vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, o que demanda mudanças tanto na estrutura física quanto na parte pedagógica. De acordo com BIAGGIO (2007), o movimento pela inclusão é o principal fator para que ocorra esse crescimento. Mas como a escola regular se organizou e/ou se organiza para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, de maneira a lhes proporcionar uma educação de qualidade e inclusiva?

Este artigo justifica-se pela necessidade de conhecer como o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais foi implantado no Brasil e como as escolas regulares vem lidando com esse processo.

As discussões em relação à inclusão social dos alunos com necessidades educacionais especiais é tema recorrente entre os profissionais ligados à educação. Isto se deve ao fato de as escolas regulares estarem constantemente recebendo alunos com deficiências e altas habilidades.

A educação inclusiva é um desafio que, inicialmente, foi imposto às escolas regulares, principalmente, para tentar garantir aos alunos com necessidades educacionais especiais o mínimo de dignidade social e a possibilidade de serem inseridos no mercado de trabalho, melhorando, assim, sua qualidade de vida.

Mas, não se pode esquecer que, além de incluir essas pessoas, é necessário repensar a preparação dos profissionais da educação, da escola e de políticas públicas para que possam atendê-las adequadamente, garantindo uma educação verdadeiramente inclusiva.

O assunto aqui abordado é inquietante, desafiador e objeto de discussões por parte dos mais variados setores sociais que esperam que a escola regular consiga vencer o desafio e se tornar inclusiva em sua plenitude.

Crianças com necessidades educacionais especiais e com habilidades especiais, ou seja, que apresentam deficiência física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial e a múltipla ou com altas habilidades/superdotação, têm o direito de frequentar as turmas regulares de ensino garantido por lei desde a implantação da Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 25, determina que:

a educação como um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio. Por fim, garante que é dever do Estado oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Assim, a escola fica responsável por fazer as adaptações necessárias em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) com o objetivo de promover harmonia entre alunos-professores-família e comunidade escolar, para que não ocorra a exclusão no lugar da inclusão.

Este trabalho realiza-se com base em fontes bibliográficas; livros, artigos e documentos oficiais,

através de uma revisão literária que aborda a temática da inclusão escolar. Dentre os autores abordados pode-se citar: Lígia Amaral, J. Bueno, Paulo Freire, M. Mazzota, Mitier, dentre outros e documentos publicados pelo Ministério da Educação.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho dá-se, conforme apresentado anteriormente, através de uma revisão bibliográfica, que aborda a temática da inclusão escolar.

De acordo com PÁDUA (1996, p. 33) a pesquisa bibliográfica é aquela que abrange a leitura, análise e interpretação de livros, textos legais, mapas, fotos etc. O material a ser utilizado deve ser submetido a uma análise prévia onde se seleciona qual material mais adequado ao tema escolhido. Em seguida, faz-se uma leitura mais detalhada, organizando os dados através de anotações e fichamentos que auxiliarão na fundamentação teórica do tema.

Para fundamentar o tema aqui escolhido, o material selecionado baseia-se em documentos como a Declaração de Salamanca (1994), o Estatuto da pessoa com deficiência LEI N° 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 e a Resolução n° 2/2001, que aportam a obrigatoriedade da inclusão escolar e a organização das escolas para atender os alunos com necessidades especiais, e em autores como MANTOAN (2007) e SANTOS & ALMEIDA (2017) que abordam, respectivamente, a fundamentação teórica e a inclusão dos alunos com necessidades especiais na escola regular, dentre outros autores engajados com a inclusão escolar.

Este artigo foi elaborado ao longo de 2020³, durante o qual procura-se detalhar o modo como as escolas regulares tiveram que se adaptar, física e pedagogicamente para receberem os alunos com necessidades educacionais especiais, além de procurar identificar os desafios enfrentados pelos alunos com necessidades educacionais especiais, bem como a comunidade escolar regular durante o processo de inclusão e se estes desafios já foram totalmente superados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pequeno histórico da inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais

Durante muitas décadas, no Brasil, os alunos com necessidades especiais ficaram excluídos do convívio social das escolas regulares. Somente a partir de 1889, período da República Velha, que a Educação Especial começou a dar seus primeiros passos. Na Europa, essas pessoas já eram diagnosticadas por médicos e isto influenciou a mudança de posturas das autoridades brasileiras, mas os alunos com necessidades especiais, mesmo com diagnósticos em mãos, continuavam sem acesso ao ambiente escolar, pois eram considerados como incapazes (SANTOS & ALMEIDA, 2017, p. 1425).

Somente em 1960, durante a Conferência Geral da UNESCO, que a luta contra a discriminação das pessoas com necessidades especiais ganhou destaque. Neste evento ficou determinado que

3 Importante destacar que, apesar de o trabalho ser do ano de 2020, representa, efetivamente, que as escolas se adaptaram às condições para receber alunos com necessidades especiais; tal questão deve desconsiderar, nesse cenário, o ano de 2020, face à pandemia da COVID-19.

A discriminação no campo do ensino constitui violação dos direitos enunciados nesta Declaração. Considerando que nos termos de sua Constituição, a Organização das Nações Unidas para a educação, à ciência e a cultura se propõe a instituir a colaboração entre as nações para assegurar a todos o respeito universal dos direitos do homem e oportunidades de igualdade na educação (UNESCO, 2013, p. 05).

Mas somente em 1994, com a Declaração de Salamanca, que as pessoas com necessidades educacionais especiais passaram a ter o efetivo direito à educação, que passou a ser garantida a “*qualquer pessoa com deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados*” (GOMES et.al, 2013, p. 1).

Além da Declaração de Salamanca, cabe destacar, também a Declaração de Guatemala (1999) que, segundo Drago (1999, p. 65) “*tem como princípio a garantia de que os governos assumiriam o compromisso de se adequarem as instalações que facilitem o transporte, a comunicação e o acesso público às pessoas com necessidades especiais*”. Esta declaração assegurava que os alunos com necessidades educacionais especiais tivessem seu direito, de serem incluídos nas escolas regulares, garantido. Com isto, o número de matrículas desses alunos aumentou significativamente e as escolas tiveram que se preparar, tanto quanto à acessibilidade, ou seja, em relação a sua estrutura física bem como quanto à formação dos profissionais da educação para atender a esses alunos.

Para MANTOAN (2003, p. 45):

A inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria na qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e em deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças (MANTOAN, 2003, p. 45).

Portanto, pode-se perceber que as práticas escolares levam em consideração o professor, que é a pessoa que trabalha diretamente com os alunos. É necessário que o professor que trabalha com alunos portadores de necessidades especiais esteja sempre aprimorando seus conhecimentos, não só em termos de cursos e aquisição de conhecimento, mas, principalmente, trabalhando a criticidade de suas práticas diárias e (re)construindo constantemente sua identidade pessoal.

No Brasil, a luta em prol da Educação Especial ganhou força com a promulgação da Constituição Cidadã (1988), artigo 208, inciso III, considerando a importância da inclusão nas escolas regulares, afirma-se que “*O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante garantia de: atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino*”. A partir de então, o processo de inclusão nas escolas regulares começa a se concretizar.

Em 1996 foi implantada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/66). O Capítulo V é dedicado à Educação Especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender às suas necessidades;

II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – Educação Especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público.

Parágrafo único. O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (BRASIL, 1996).

Diante do exposto, pode-se perceber a preocupação dos órgãos governamentais em garantir aos alunos com necessidades educacionais especiais o acesso às escolas regulares, promovendo-se, assim, a inclusão social.

Mesmo havendo um avanço constante nas leis para garantir a inclusão dos alunos com necessidades especiais, o cotidiano escolar ainda enfrenta grandes desafios para que a inclusão se concretize. Dentre esses desafios, há a questão da infraestrutura, que mesmo sendo disponibilizadas verbas para adaptação do espaço físico escolar, esta esbarra na burocracia do sistema que dificulta essas adaptações.

Adaptações feitas pelas escolas regulares para inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais

Com o objetivo de oferecer uma educação de qualidade aos alunos com necessidades educacionais especiais e se tornar uma escola inclusiva, as unidades de ensino necessitam adaptar todos os setores, desde o administrativo até o pedagógico, para atender este tipo de aluno.

O artigo 3º da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, ao tratar da Educação Especial, entende por educação especial:

a modalidade da educação escolar entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais e especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL- MEC/ SEESP, 2001, p. 1).

Para que a escola se torne uma unidade de ensino inclusiva em sua plenitude, garantindo a matrícula

e permanência do aluno com necessidades educacionais especiais, torna-se necessário uma reformulação física e pedagógica de todo o ambiente escolar.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994),

[...] escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e superdotadas, crianças de rua que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (UNESCO, 1994).

Quanto ao espaço físico, deve-se garantir aos alunos com necessidades especiais, acessibilidade a todas as dependências da escola, tais como: implantação de rampas de acesso a todas as dependências escolares, adaptação dos banheiros (portas, sanitários, pias), barras de apoio, pisos táteis (placas com relevo fixadas no chão), salas de Atendimento Educacional Especializado e de Recursos Multifuncionais, sinalização, dentre outros.

Quanto ao material didático, ele deve ser adaptado para atender aos diferentes tipos de deficiências e transtornos, podemos citar como exemplo: máquina Perkins para escrita em braille e lupas para deficientes visuais, carteiras adaptadas para deficientes físicos, jogos variados para alunos com déficit de atenção e materiais audiovisuais.

Quanto à parte pedagógica, a escola deve buscar junto à Secretaria de Educação, profissionais capacitados para o Atendimento Educacional Especializado, se houver alunos com deficiência auditiva, por exemplo, deverá ter um intérprete de Libras para acompanhá-los. É importante que o professor da classe, onde se encontrem alunos com necessidades especiais, receba suportes adequados para atender de maneira humanizada e igualitária a todos os alunos sem discriminação.

Desafios enfrentados pelos alunos com necessidades especiais e pela comunidade escolar

CARVALHO (1998, p. 170) enfatiza que “todos os alunos devem participar da vida acadêmica, em escolas comuns e nas classes regulares, onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente”.

Em contrapartida, BARTALOTTI (2006, p. 10) ressalta que as pessoas com deficiência estão precariamente incluídas “[...] no campo da saúde, da educação, do trabalho, dos direitos sociais”, apesar desta afirmação não ser generalizada, já que é de conhecimento entre os estudiosos sobre a inclusão existente em escolas que promovem a inclusão plena, como é o caso das APAES (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais).

SASSAKI (1997) considera uma educação inclusiva como sendo aquela que se compromete com a cidadania e com a formação de uma sociedade igualitária, onde não exista a exclusão e que as pessoas convivam com a diversidade, garantindo-se, assim, uma vida social de qualidade. A escola, sendo um espaço democrático e habitat natural da diversidade, deve buscar promover uma educação compromissada com os cidadãos para que fortaleça a sociedade na qual está inserida de maneira justa, democrática e solidária.

Mas, sabe-se que muitos desafios ainda existem quando se fala em inclusão social. FREIRE (1996) afirma que, para uma escola se tornar realmente inclusiva, não basta eliminar as barreiras arquitetônicas ou adaptar o currículo, o professor tem que atuar como um transformador social, mudando sua atitude frente aos alunos com os quais trabalha.

São os profissionais da educação que operam a prática educativa na sala de aula, mediando,

facilitando e criando estratégias para que o aluno adquira um conhecimento formal de modo prazeroso e que lhe possibilite demonstrar esta apreensão em suas atividades diárias.

Um breve relato a respeito da importância da inclusão

A escolha desse tema se deu por conta de questões pessoais de um(a) dos(as) autores (as), que possui uma irmã, cujo nome é Sandra, que possui Deficiência Cognitiva. Hoje ela tem 45 anos, sendo a mais velha dos irmãos; os tios-avôs (irmãos da avó) são deficientes auditivos.

A partir do momento da formação no curso de Magistério em nível médio, ingressou no curso Licenciatura em Pedagogia, começando a ter um olhar diferente para a situação dessas pessoas. Percebe que na época em que eles deveriam frequentar a escola ficaram excluídos e, se fosse nos tempos atuais, com a luta pela inclusão, estariam inseridos na sociedade de uma forma bem diferente, pois teriam a oportunidade de aprenderem a ler, e quem sabe, até terem feito um curso superior, estariam trabalhando, seriam independentes e as necessidades especiais não seriam uma barreira em suas vidas.

A irmã chegou a frequentar até a 1ª série do Ensino Fundamental, onde foi reprovada por três anos consecutivos. Naquela época existia uma sala especializada, onde separavam os alunos com dificuldades, mesmo assim a menina não conseguiu se sobressair. Na realidade, é possível entender que a sala era para os alunos considerados “problemáticos, burros, retardados”; não tinha um professor preparado para trabalhar com alunos com necessidades especiais e, portanto, eram excluídos e marginalizados pelos colegas e pela sociedade.

A professora chamou a mãe, orientando a procurar um médico, pois a escola não poderia mais aceitar aquela situação; imagina-se o quanto não deve ter sido difícil e doloroso para a mãe e, principalmente, para a menina, ouvir essa fala da professora.

A mãe procurou um Neurologista onde realmente foi diagnosticado um “*retardamento mental*”, porque era assim que se falava naquela época. Hoje falamos deficiência cognitiva, diante de tal diagnóstico aquela criança não mais pôde frequentar uma escola, sendo aposentada por invalidez.

Por anos, a menina permaneceu fora do ambiente escolar. Mas essa realidade mudou com a implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, no município de Pompéu-MG, em 1994. A iniciativa foi de um grupo de pais de crianças excepcionais que buscavam melhor conforto para seus filhos que, para serem atendidos por uma escola especializada, precisavam se deslocar para outros municípios.

A menina foi matriculada para estudar em meio período e sua vida se transformou: através de um atendimento humanizado e inclusivo, ela passou a se sentir valorizada e reconhecida como cidadão em sua plenitude. Aquela criança acuada, agressiva, infeliz deu lugar a uma pessoa participativa, sociável e feliz.

A autora relata que, quando começou a ser alfabetizada, a menina escrevia o nome de sua irmã todo em uma folha de papel e ela copiava; às vezes, faltava uma ou duas letras, mas fazia-se de conta que estava tudo certo. Ela tinha uma letra linda, era caprichosa, quando copiava os números, parecia desenhá-los de tão perfeitos, era o máximo! A autora tem consciência e conhecimento de que, foi através da vivência familiar de pessoas com necessidades especiais excluídas socialmente que, buscando o caminho inverso, através da busca de novos conhecimentos estará, também, buscando trilhar caminhos que possa ajudar as crianças com necessidades especiais a serem incluídas plenamente no espaço escolar e na vida social, com dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como ponto de partida a necessidade de se conhecer melhor sobre a inclusão das pessoas com necessidades educacionais na sociedade tida como “normal”. Para isto, foi preciso conhecer, de maneira breve, como foi a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais ao longo dos tempos, para, em seguida, verificar os desafios e como as escolas se adaptaram, e ainda se adaptam, para receber essas pessoas. Ao final buscou-se relatar um caso real, vivenciado pela autora em família.

Durante a pesquisa, pode-se verificar que durante décadas, as pessoas com necessidades especiais, no Brasil, eram totalmente excluídas da sociedade, ficando muitas vezes reclusas em quartos da casa. Somente a partir de 1889 é que a Educação Especial começou a dar seus primeiros passos, consolidando-se no final da década de 1990, principalmente, através de importantes consolidações tais como as Declarações de Salamanca e de Guatemala, respectivamente. Mesmo com toda a luta para incluir as pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares, elas ainda se sentem excluídas em relação à saúde, ao trabalho e até mesmo aos direitos sociais.

Na literatura, inúmeras pesquisas já foram publicadas sobre a inclusão escolar, o que permitiu que se fizesse uma revisão literária com amplo embasamento teórico. Mas, o trabalho que ora se conclui poderia ser enriquecido através de uma pesquisa de campo para verificar como é a atuação real da escola ao receber pessoas com necessidades educacionais especiais, o que foi impedido devido ao momento em que o Brasil se encontra causado pelo fechamento das instituições de ensino conforme determinação dos órgãos de saúde, por causa da Pandemia do Coronavírus que assolou o país e o mundo em 2020 e que exigiu o isolamento social da população.

Conclui-se que, a inclusão escolar das pessoas com necessidades especiais é uma maneira de garantir que estas tenham uma vida social digna e espera-se, que este trabalho, sirva como orientação para outros que virão, podendo, inclusive, ser ampliado, após o retorno das aulas presenciais através de uma pesquisa de campo que detalhe a realidade vivida pelas escolas inclusivas.

REFERÊNCIAS

- BARTALOTTI, C. C. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** São Paulo: Paulus, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília:** Imprensa oficial, 1988.
- BRASIL. **LEI Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília. Imprensa Oficial. 1996.
- BRASIL. **LEI nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) Brasília. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/L13146.htm>. Acesso em: 03 out. 2020.
- BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.
- CARVALHO, R. E. Temas em educação especial. Rio de Janeiro: WVA, 1998.
- DRAGO, R. Uma fresta na janela: A educação inclusiva. In: Inclusão na educação infantil. Rio de Janeiro, Wak Editora, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, M. A. da S.; et.al. Os fatores de inclusão do deficiente visual nas aulas de Educação Física. EFDeportes.com, **Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 17, nº 177. Febrero 2013.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia de pesquisa**: abordagem teórica prática. Campinas: Papyrus, 1996.

SANTOS, C. S.; ALMEIDA, Y. de S. Inclusão na Educação Infantil: desafios e possibilidades através das práticas pedagógicas RPGE – **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. 3, p. 1423-1432, set./dez. 2017.

SASSAKI, R. K. **Inclusão, construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

UNESCO. **Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino**. Paris. 2013